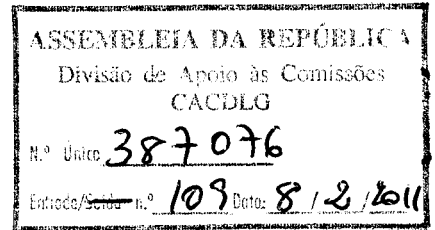




GRUPO PARLAMENTAR

*D. Osvaldo - 21*  
*Agende - 22*  
*9/2/2011*  
*1x2,08/2/2011*  
*CC*



*Aprovado por unanimidade com ausência do PEV, na reunião de CACDLG de 9-2-2011*

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Assuntos  
Constitucionais, Direitos, Liberdades  
e Garantias  
Dr. Osvaldo de Castro

Assunto: *Requerimento para audição do Senhor Ministro da Justiça*

Foi recentemente recebido na 1ª Comissão relatório da Comissão de Fiscalização dos Centros Educativos.

Neste relatório são fornecidos contributos importantes, bem como um conjunto de reflexões sobre o funcionamento dos Centros Educativos que a Comissão de Fiscalização tem a incumbência legal de acompanhar.

Importa, por isso, saber o que a tutela tem a dizer sobre esta matéria, ainda mais quando o Governo se prepara, conforme foi anunciado em sede de Orçamento do Estado para 2011, para a fusão da Direcção-Geral de Reinserção Social na Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

Desconhecemos se esta anunciada fusão, até ao momento exclusivamente centrada na acumulação de funções pelo Director-Geral dos Serviços Prisionais do cargo de Director-Geral da Reinserção Social, terá, ou não, implicações ao nível do funcionamento dos Centros Educativos, pelo que importa conhecer em detalhe o projecto de fusão desses dois organismos e a forma como esta fusão será concretizada.

Por outro lado, a 1ª Comissão recebeu na passada semana e-mail de membro (eleita pela Assembleia da República) do Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários, Professora Luísa Neto, a qual veio "dar nota da preocupação que pode suscitar a recente demissão do Director-Adjunto Dr. Rui

do Carmo”, relacionando essa demissão a “restrições orçamentais ” que impedem ou comprometem “a formação inicial no CEJ”.

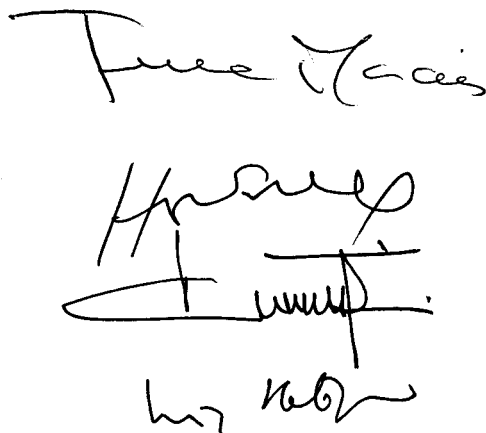
Não se ignora que o procurador Rui do Carmo detinha o pelouro da formação, pelo que importa apurar se as razões da sua saída se prendem com constrangimentos existentes nesta área, nomeadamente se a formação inicial no CEJ está ou não comprometida.

Impõe-se, assim, a imediata audição do Senhor Ministro da Justiça, Dr. Alberto Martins, para que este venha à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias esclarecer estas duas situações.

Assim, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do PSD requerem a audição, nesta Comissão, do Senhor Ministro da Justiça.

Palácio de São Bento, 8 de Fevereiro de 2011

Os Deputados do PSD,



Three handwritten signatures in black ink, arranged vertically. The top signature is the most legible, appearing to read 'Teresa Jacais'. The middle and bottom signatures are more stylized and difficult to decipher.